

FOLHA BANCÁRIA

JULHO DE 2018 | ANO XXII | nº 06

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CHAPECÓ - CTB | SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE JOAÇABA

Não é benefício. É conquista da categoria bancária!

Todos os direitos da categoria, desde a jornada de seis horas até a PLR, são conquistas da luta organizada dos trabalhadores

A jornada de seis horas, vale-refeição, vale-alimentação, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), 13ª cesta alimentação, licença-maternidade e paternidade ampliadas, auxílio-creche, abono-assiduidade, entre outros. Todos esses direitos, diferente do que muitos pensam, não são benefícios oferecidos pelos bancos, mas sim conquistas da luta conjunta dos bancários, ao lado dos sindicatos e entidades representativas.

“Todos esses direitos são conquistas históricas da categoria. São fruto da luta coletiva dos trabalhadores, tanto que esses direitos são os mesmos em todos os bancos. Teve, sim, resistência por parte dos bancos, mas os bancários consegui-



ram tudo isso, pois somos uma das categorias mais organizadas e combativas e isso precisa prevalecer também na campanha deste ano”, afirma o presidente do Sindicato dos Bancários de Chapecó e Região, Luiz Angelo Coan.

Campanha 2018

Entre 2004 e 2017, a mobilização sindical conquistou aumentos salariais acima da inflação. A Convenção Coletiva de Trabalho conta com mais de 70 cláusulas, que garantem os direitos. Com a reforma trabalhista essas conquistas estão ameaçadas. Uma das preocupações é o fim da ultratividade, que garantia a validade de um acordo até a assinatura de outro. Ou seja, dia 31 de agosto nada será renovado por obrigatoriedade. Por isso, a categoria não vai ceder e lutará pelo pré-acordo.

**Leia mais sobre sobre o histórico de conquistas dos bancários no encarte.*

Caixa ameaça a todos com descomissionamento

Mais uma canetada da direção da Caixa determinou que apenas uma avaliação negativa na Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) pode resultar em apontamento para descomissionamento.

A medida, que consta na nova versão (041) do RH 184, publicada em 25 de junho, vale para todas as funções comissionadas, mas afeta particularmente os gestores.

A avaliação na GDP tem re-

lação direta com as metas e muitas vezes é baseada em critérios arbitrários, impostos pela chefia, e seu resultado sofre interferências de problemas fora do controle dos empregados comissionados, como crise econômica e diminuição do consumo de produtos bancários.

O movimento sindical cobra a revogação imediata da versão 041 do RH 184. O fim da GDP também está na pauta específica de reivin-



Samuel Costa

Medida está na nova versão do RH 184

dicações dos empregados da Caixa, que está sendo negociada com a direção do banco na Campanha Nacional 2018.

Tudo
por todos

No século XIX o trabalho era negociado como mercadoria e as relações de trabalho careciam de proteção. Contratos precários, jornadas extensas e remuneração baixa fizeram com que a sociedade começasse a se mobilizar em prol de mudanças. Assim foram criadas instituições para regular as relações de emprego, como as leis trabalhistas, a justiça do trabalho e a organização sindical.

Com o passar dos anos, o papel dos sindicatos se fortalece para representar a classe trabalhadora, interferir em nome dos empregados e melhorar as condições de trabalho. A categoria bancária, por exemplo, hoje referência de luta, construiu uma história de conquistas por direitos após grandes greves e mobilizações.

Passamos por um período difícil. A nova lei trabalhista foi instituída com um dos objetivos de descentralizar as negociações das relações de trabalho. Ao permitir a negociação direta entre patrão e empregado, por exemplo, a lei expõe ainda mais o lado mais vulnerável na mesa de negociação: o trabalhador.

O momento é desafiador e nossos direitos estão em risco, por isso precisamos fortalecer nossa categoria, com união e engajamento. Não vamos recuar com as conquistas da nossa Convenção Coletiva de Trabalho e nossa luta é pelo fortalecimento dos nossos direitos. Juntos teremos uma campanha salarial vitoriosa.

Justiça garante gratificação
de função a bancário do BB

Bancário da base do sindicato teve gratificação incorporada novamente

O Banco do Brasil terá que restabelecer o pagamento da gratificação de um funcionário que havia perdido o benefício, após ter sido destituído de sua função. Na decisão favorável ao bancário, o juiz deferiu tutela de urgência para que o BB incorporasse a gratificação ao salário do empregado de Xanxerê, que integra a base do Sindicato de Chapecó e Região.

O bancário exerceu função de confiança por mais de dez anos como gerente de relacionamento.

Por conta desse vínculo, o banco não poderia interromper o pagamento da gratificação, já que essa alteração no contrato lesou o empregado.

De acordo com a decisão do juiz do Trabalho, após passar 10 anos na função de confiança, se presume que a gratificação se incorpora ao salário do funcionário, “que passa a contar com o recebimento mensal dessa parcela”. Mais uma vitória da assessoria jurídica do Sindicato.

TST anula demissão sem
homologação no sindicato

É nulo o pedido de demissão feito por funcionário se não houver homologação do sindicato. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho aceitou o recurso de uma ex-vendedora para anular seu pedido de demissão e condenar a empresa ao pagamento das diferenças rescisórias.

O relator, ministro Alexandre Agra Belmonte, disse que “se o empregado tiver mais de um ano de serviço, o pedido de demissão somente terá validade se assistido pelo seu sindicato”.



Homologação tem que ser no Sindicato

O Sindicato é o legítimo representante do trabalhador, por isso as entidades representantes dos trabalhadores reivindicam a permanência da homologação na entidade.

RIA

Vizinha intrometida
Às 7 horas da manhã o cidadão vai à padaria para tomar cerveja. Lá encontra uma vizinha bisbilhoteira que diz:
- Você sabia que tomar cerveja logo cedo faz mal?
Ele encara a mulher e responde: A senhora sabia que a minha vó morreu com 100 anos?
Ela pergunta e recebe a resposta:
- Tomando cerveja?
- Não, cuidando só da vida dela!

Luta em defesa da Cassi

Banco do Brasil quer alterar a governança sem consulta ao Corpo Social. Mudanças propostas também abrem brechas para a retirada de direitos e aumento dos custos para os associados

O Sindicato dos Bancários de Chapecó e Região entregou, no dia 20 de junho, dia de luta em defesa da Cassi, um informativo esclarecendo os ataques enfrentados pelos funcionários da ativa e aposentados do Banco do Brasil na Cassi.

O BB quer modificar a governança do plano de saúde e, com isso, implantar o voto de minerva, além de criar gerência indicada pela instituição com status de diretoria.



Sindicato entrega informativo alertando para defesa da Cassi

Outro prejuízo é que diretores indicados pelo banco e um recém-

-eleito aprovaram o aumento de coparticipação dos associados em con-

sultas e exames: 30% para 40% em consultas, psicoterapia, acupuntura e de 10% para 20% em exames. Tudo sem comunicação prévia da Caixa de Assistência.

O movimento sindical tem atuado fortemente na defesa e na luta pela sustentabilidade dos planos de saúde dos empregados. A assistência à saúde é fundamental para o bem-estar de todo o funcionalismo e uma obrigação do banco.

BB mostra disposição para
negociar reivindicações

A primeira negociação entre o Banco do Brasil e a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil foi positiva porque abriu a perspectiva de a instituição aceitar a proposta de assinatura do pré-acordo para manter a ultratividade da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e a validade da convenção para todos os funcionários, inclusive os chamados hipersuficientes.

Durante a reunião, que aconteceu no último dia 29, em São Paulo, o BB propôs estabelecer mesas específicas para discutir temas como segurança e saúde do trabalhador; te-

letramento; e escritórios digitais.

Sobre a Cassi, porém, a instituição se negou a debater o assunto nas mesas de negociações específicas da campanha salarial e disse preferir discutir no fórum da governança da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil.

A empresa também disse estar disposta a retomar as homologações das rescisões de contrato de trabalhos nos sindicatos, a ampliar o tempo de pagamento da Verba de Caráter Pessoal (VCP) e atualizar a tabela de Pontuação Individual do Participante (PIP) da Previ.



BB abriu perspectiva para aceitar assinatura do pré-acordo

Santander é condenado
por assédio moral

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) que abrange todo o país contra o Santander pela constante prática de assédio moral e por submeter os funcionários a metas abusivas. O pedido de indenização por dano moral coletivo foi de R\$ 460 milhões.

A partir disso, a 3ª Vara do Trabalho de Brasília atendeu ao pedido do MPT. Agora, o banco terá de apresentar mensalmente as metas impostas aos empregados, no período de janeiro de 2015 a março de 2017.

A ACP se deve às constantes denúncias que o Ministério Público do Trabalho e os sindicatos re-

cebem. São todos os tipos de assédio no ambiente de trabalho, pressão psicológica, ameaças implícitas e explícitas de demissão, além de ameaça de punição pelo não cumprimento de metas.

O MPT ainda requisiu que a Polícia Federal instaurasse um inquérito para apurar crimes de lesão corporal, constrangimento ilegal e frustração do direito assegurado em lei trabalhista.

Você também pode denunciar abusos. Acesse bancarioscco.com.br e clique na aba “Faça sua denúncia”. Basta preencher o formulário e enviar. Se preferir, a denúncia pode ser feita anonimamente.

R\$ 460
milhões é o valor pedido
no processo de indenização
por dano moral coletivo
contra o banco.

Bancos fecham
2.675 vagas

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), somente nos cinco primeiros meses de 2018, os bancos fecharam 2.675 postos de trabalho.

A pesquisa revela que Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, foram responsáveis pelo fechamento de 1.557 vagas até maio. Os desligamentos sem justa causa representaram 53,4% do total das demissões no setor bancário entre janeiro e maio de 2018. As saídas a pedido do trabalhador somaram 38,8% do total de desligamentos. As contratações foram principalmente na faixa etária até 29 anos.

Impactos
na Funcef

Os planos da Funcef poderiam ter atingido a rentabilidade mínima mesmo se a entidade não tivesse reduzido a meta atuarial no início do ano e impactado menos os participantes. Com base nos resultados referentes a março de 2018, estudo feito pelo movimento sindical constatou que, mesmo se a meta ainda fosse 5,5% + INPC, isto teria acontecido. Prova disto é que os quatro planos da Fundação superaram a meta para março, estipulada em 1,59%.

Os representantes dos empregados ainda comprovaram que a redução da meta poderia ter sido feita de forma gradual, com menos impactos para os participantes e com bons resultados.

JOAÇABA

Chapa única é eleita com
aprovação de 98,7% dos votos

Chapa única Determinação e Luta Sempre irá compor diretoria 2018/2022



Em 29 de maio de 2018 foi realizada a eleição da nova diretoria do Sindicato dos Bancários de Joaçaba e Região para o período de 27/07/2018 até 27/07/2022. Durante o processo eleitoral foram percorridos todos os municípios de abrangência territorial do sindicato, que envolve 21 municípios da região de Joaçaba. Para a coleta dos votos foram utilizadas 6 urnas itinerantes.

Dentre as principais propostas apresentadas aos bancários para os próximos quatro anos estão: a capacitação dos dirigentes para melhor representar



os bancários, além de intensificar o relacionamento com os bancários como forma de construir e fortalecer a unidade da categoria informando a todos de seus direitos para poder se organizar e resistir aos abusos praticados contra os trabalhadores bancários.

A diretoria do Sindicato dos Bancários de Joaçaba e Região agradece a todos os bancários eleitores que participaram do pleito eleitoral, bem como agradece à comissão eleitoral que junto dos demais sindicatos apoiadores contribuiu para o sucesso do pleito.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Ademir Zambiazzi – Presidente (Itaú)
Rodney Tosi – Secretário Geral (Santander)
Ernesto Valmórbida – Diretor Financeiro (Santander)
Cláudia Zampieri Pratto – Diretora de Patrimônio, Administração, Informática e Formação Sindical (Bradesco)
André Tarcísio Dalsenter – Diretor de Imprensa, Comunicação e Assuntos Inter-sindicais (Caixa)
João Paulo Fachim - Diretor de Promoções Sociais (BB)
Osvaldo Schipanski – Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho (BB)

SUPLENTE:

Andréia Aparecida Schittz (Santander)
Andreia de Sordi (Itaú)
Cristiano Possobon (Bradesco)
Giovani Barossi (Bradesco)

Silvio Luiz Canterle (Bradesco)
Antônio Leoni Schufer (Banrisul)
Simoni Ferreira de Souza (Caixa)

CONSELHO FISCAL – TITULARES:

Carlos Roberto Lorenzi (Caixa)
Eliane Aparecida Martim Tilton (BB)
Georgio Francisco Pantti (Banco do Brasil)

SUPLENTE:

Julian Renato Bruschi dos Santos (Caixa)
Moacir Adão da Silva (BB)
Marcio de Giacometti (Caixa)

CONSELHO DE REPRESENTANTES – TITULARES:

Elisa da Silva Semione (Aposentada Caixa)
Luiz Claudio Santos Martinazzo (Caixa)

SUPLENTE:

Christiane de Oliveira (BB)
Aurélio Jose Biazotto (Aposentado BB)

RIA

1 real para o Joãozinho
Joãozinho entra em casa esbaforido:
- Mãe, mãe, me dá um real para eu dar para o tio ali na rua!
Orgulhosa com o sentimento de caridade do filho, ela dá o dinheiro e pergunta:
- Para qual tio você vai dar o dinheiro, meu anjo?
- Para aquele ali que está gritando: “Olha a pipoca quentinha!”

Com luta se conquista

JULHO DE 2018 | ANO XXII | nº 06

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CHAPECÓ - CTB | SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE JOAÇABA

Histórico de conquistas
da categoria bancária

Direitos só avançaram por causa da luta e união dos bancários ao longo dos anos

1933

Conquista da jornada de seis horas de trabalho.

1934

Primeira greve geral dos bancários garantiu estabilidade a partir dos dois anos de trabalho e criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB), extinto durante a ditadura militar.

1957

Horas extras e aposentadoria por tempo de serviço.

1962

Fim do trabalho aos sábados.

1981

Auxílio-creche.

1982

Unificação da data-base da categoria em 1º de setembro.

1985

Criação do primeiro Comando Nacional e 1ª greve nacional dos bancários após a ditadura. Conquista de jornada de 6 horas para bancários da Caixa.

1990

Conquista do vale-refeição.

1991

Unificação dos pisos salariais.

1992

Assinatura da primeira Convenção Coletiva de Trabalho válida para todo o país.

1994

Vale-alimentação.

1995

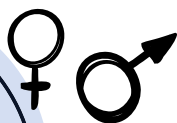
Categoria bancária é a primeira a conquistar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) em Convenção Coletiva de Trabalho.

1997

Conquista da complementação salarial para bancários afastados por doença ou acidentes e a verba de requalificação profissional na demissão.

2000

Cláusula sobre igualdade de oportunidades é incluída à CCT.

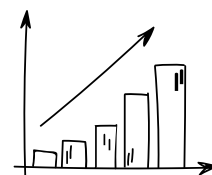


2003

Categoria faz a primeira campanha salarial unificada com a participação dos bancários do BB e da Caixa. Depois da greve, funcionários dos bancos públicos conquistam a mesma PLR dos privados.

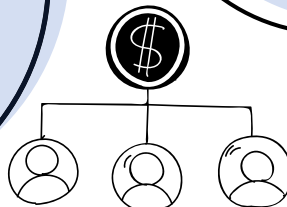
2004

Greve de 30 dias e conquista de aumento acima da inflação, que se repetiu por 12 anos seguintes.



2006

Implantação de grupo de trabalho para debater o assédio moral.



2009

Ampliação da licença-maternidade para seis meses e extensão de direitos aos casais homoafetivos.



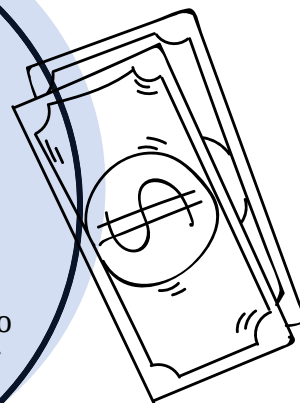
2010

Conquista do instrumento de combate ao assédio moral.



2011

Valorização do piso salarial e da PLR. Proibição da publicação do ranking de performance no cumprimento de metas, usado para pressionar e assediar os trabalhadores. Na segurança, ficou proibido o transporte de valores por bancários.



2012

Conquista da PLR sem imposto de renda.



2013

Conquista do abono-assiduidade, que garante o direito a folgar um dia durante o ano. O combate ao assédio moral é ampliado com a proibição de envio de mensagens para cobrar metas.

2014

Bancos passam a custear exames de CPA-10 e CPA-20 exigidos pelas instituições financeiras se o bancário for aprovado. Fica definido que mulheres que forem demitidas e engravidarem durante o aviso prévio proporcional serão readmitidas.

2015

Mobilização dos bancários garante pelo 12º ano consecutivo aumento salarial acima da inflação.

2016

Conquista da licença-paternidade de 20 dias.

